

“Ernest Dishter” (pai dessa ciência), pois o logotipo da COLGATE é classificado como passando de masculino para o feminino. O autor desse verbete, Joan Volckaert, é gerente do departamento internacional de embalagem, da consultoria interna da “Produtos Nestlé”, na Suíça. Os exemplos mostram claramente a tendência do autor de seguir, na Europa, os modelos americanos, até em textos e exemplos.

O verbete “Transporte” está incompleto, pois nada contém sobre as técnicas de transporte, e mesmo o transporte interno da empresa está condensado em poucas páginas, sem uma conclusão ou utilidade. Por outro lado, no entanto, a parte legal está excelentemente apresentada.

Assim, é possível afirmar que se trata de uma obra de alcance prático para o profissional que trabalha em empresa alemã, mostrando claramente o “estado da ciência” na Alemanha. Ao técnico brasileiro interessa esta obra em diversas circunstâncias:

- 1.º quando trabalha em empresa alemã e se deve integrar na maneira de pensar do administrador germânico ou da empresa alemã;
- 2.º quando trabalha em empresa multinacional e deve considerar o efeito de certos procedimentos em diversos países;
- 3.º quando faz estudos comparativos entre a administração em diversos países;
- 4.º quando se dedica ao estudo da administração, procura bibliografia alemã e necessita saber o que se faz na Alemanha de hoje, e precisa conhecer o vocabulário.

O preço relativamente elevado recomenda o livro para aquisição por parte de bibliotecas, tanto de empresas quanto de universidades. A impressão é excelente, as ilustrações suficientes, e os gráficos e tabelas claros. □

Kurt Ernst Weil

## Frentes de Expansão e Estrutura Agrária

Por Otávio Guilherme Velho (estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica) Rio de Janeiro, Zahar, 1972.



O caráter colonial de organização das atividades econômicas submetidas à determinação dos mercados internacionais, que marcou a história do Brasil, teve como implicações: de um lado, a decadência de regiões cujo produto econômico não mais constituiu mercadoria relevante no comércio internacional ou que tiveram esgotadas suas fontes naturais (tais como, por exemplo, as zonas açucareiras do Nordeste e mineradoras em Minas Gerais etc.); de outro, o surgimento de regiões que embora contornadas pelas fronteiras geopolíticas não chegaram a ser fronteiras econômicas, isto é, não se estruturaram nos quadros de uma economia mercantil ou, quando muito, elaboraram o que se chama uma “economia de excedente” (pode-se enumerar, como exemplos, as regiões do norte de Goiás, sul do Pará, Maranhão, etc.).

A análise da expansão da economia de mercado capitalista sobre essas regiões, isto é, o estudo das frentes de expansão da sociedade brasileira é que consti-

tui o objeto de estudo de Otávio Guilherme Velho. Trata-se, como ele mesmo afirma, de uma “análise descritiva” de diferentes frentes de expansão, pelas quais passou uma região do Médio Tocantins (às margens do rio Itacaiúnas), denominada pelo IBGE “microrregião” de Marabá, localizada no Estado do Pará e que vem a ser a referência empírica deste estudo. Marabá é, na verdade, lugar privilegiado para esse tipo de análise na medida em que por aí entrecruzaram correntes de povoamento vindas de Goiás, Pará e Maranhão, em momentos históricos descontínuos e nem sempre gerando a fixação do homem em caráter definitivo, o que provocou a renovação até nossos dias de frentes de expansão iniciadas em fins do século XVI.

O que caracteriza este estudo como trabalho sociológico (ou antropológico, para ser fiel à área acadêmica na qual foi produzido) e não geográfico (em cuja esfera mais comumente são realizados os estudos sobre frentes de expansão) é a abordagem pelo ângulo das relações sociais de produção. Assim, as frentes **pastoril, extrativista** (com a borracha, castanha, diamante e posteriormente minérios de ferro), e mais recentemente a **agrícola**, evidenciadas pelo incremento demográfico na região em diferentes momentos históricos são analisadas exaustivamente através das relações de trabalho que nelas se estabelecem, marcadas pelo caráter extremamente tradicional e espoliativo da mão-de-obra e explicadas pela necessidade de acumulação e reprodução do capital na sociedade brasileira como um todo.

Vale ressaltar, no conjunto do trabalho, a análise das relações sociais elaboradas na extração da castanha do Pará, onde aparecem os tipos humanos do trabalhador isolado que se embrenha nas matas por meses a fio, carregado de dívidas e de doenças, e do comerciante (financiador e comprador do produto), que nas fren-

tes de expansão é a categoria social mais importante e poderosa, superior inclusive ao latifundiário. Isso porque diz G. Velho, "onde a terra não constitui bem escasso (...) a posse do capital e dos meios e canais de comercialização antecede a questão da posse da terra" (p. 41). O "barração" e a coerção física aparecem, nesse sistema, como elementos necessários à acumulação de capital que se processa em uma cadeia de exploração, a partir dos castanheiros, envolvendo no âmbito local os arrendatários dos castanhais e os comerciantes de Marabá e atingindo os grupos exportadores em Belém e os grandes grupos importadores no estrangeiro.

Outro ponto de destaque nesse trabalho é a forma como o autor lida com o aspecto geográfico. Em uma região em que o aspecto físico é tão determinante é preciso bastante segurança teórica para que a análise não caia em um determinismo geográfico. E isso O. G. Velho conseguiu muito bem, mostrando que "a influência geográfica só pode ser entendida quando mediatizada pelas forças sociais envolvidas" (p. 42).

Bastante evidenciado no texto está também o papel da política como elemento que garante as condições sociais necessárias à realização do processo produtivo: ora através da violência das armas, como ocorreu no conflito político de 1919 em Marabá, o qual objetivava manter a mão-de-obra — que desejava retornar ao Nordeste e demais regiões de origem, com a decadência da borracha — presa a Marabá para recomeçar nova fase extrativista: a da castanha; ora por meio de decretos-leis e disputas eleitorais definindo um novo sistema de exploração dos castanhais — não mais pela extração livre, mas pelo arrendamento por períodos determinados e renováveis, de áreas pertencentes ao poder público, o que permite a barganha partidária. Finalmente, o papel da política e do Estado, não ape-

nas como assegurador das atividades econômicas, mas em suas funções pós-liberais de orientação e comando do processo, aparece na criação de órgãos como a Sudam, no estabelecimento de incentivos fiscais para a implantação de empresas na região e especialmente na construção da estrada Belém-Brasília e, recentemente, da Transamazônica. São funções que marcam o caráter de incorporação definitiva daquela região ao mercado capitalista nacional e internacional e atestam a dominância do político sobre o econômico como modo particular de realização do capitalismo no Brasil (p. 170).

Em síntese, pode-se afirmar que a pretensão do autor de realizar um estudo que "pudesse trazer uma contribuição a futuras elaborações teóricas" (introdução) foi plenamente alcançada. Isso na medida em que ao concluir que as frentes de expansão podem significar uma alternativa à migração para as cidades ou uma tentativa de escapar às determinações de um sistema que prescinde de boa parte de seu contingente populacional (como é o caso dos migrantes nordestinos na época da borracha e atualmente), o estudo de O. G. Velho permite pôr em questão problemas como o caráter da pequena agricultura e do campesinato no Brasil, suas perspectivas futuras e, enfim, a própria especificidade do capitalismo no Brasil, especialmente no seu mundo rural. E levanta uma hipótese importante: "a região de Itacaiúnas estaria sendo um laboratório onde se engendrariam as soluções capitalistas para a conquista por etapas da Amazônia: agricultura marginal de subsistência, estradas, pequena produção agrícola-mercantil, pecuária intensiva e grande exploração mineral; quando possível partindo de uma produção extrativa tradicional ou nova que auxiliasse uma acumulação local" (p. 168). □

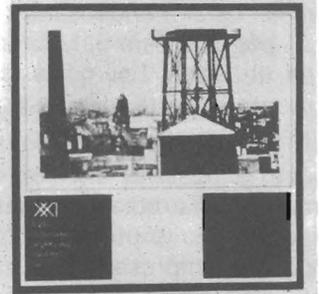
Maria Rita Garcia Loureiro

## Etapas de Acumulación y Alianzas de Clases en la Argentina

Por Mônica Peralta Ramos. Argentina, Siglo XXI Argentina Editores, 1972. 187 p.

### Etapas de acumulación y alianzas de clases en la Argentina (1930-1970)

Mônica Peralta Ramos



Mais do que o título sugere, o livro de Mônica Peralta Ramos é uma análise da situação argentina num sentido amplo e atual. O **movimento peronista** recebe um lugar de destaque nesta análise, explicado como decorrência de uma fase determinada de acumulação de capital naquele país. Os acontecimentos mais recentes na Argentina, como a vitória do peronismo, podem ser facilmente compreendidos na terceira parte do livro, onde ela esclarece as tendências mais modernas que este movimento assume. Além disso, a sua análise pode ser utilizada como modelo de aplicação de uma teoria a uma realidade empírica.

A autora propõe-se a lidar com dois níveis de análise — o **econômico**, para obter as bases do entendimento do outro nível — o **político**, aqui entendido em termos de interesses e alianças de classes.

No seu esquema, a autora mostra a dependência dos países subdesenvolvidos em nossos dias, como o reflexo de uma nova etapa da expansão capitalista.